

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE PRISIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS: ESTUDO DE CASO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SANTA ISABEL

THE INFLUENCE OF THE PRISON ENVIRONMENT ON THE MENTAL HEALTH OF PENAL OFFICERS: CASE STUDY OF THE SANTA ISABEL PENITENTIARY COMPLEX

Submetido em: 01/03/2025 - **Aceite em:** 17/04/2025

SUNAMITA MATOS DOS SANTOS¹

RESUMO

Este artigo investigou a influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais, com foco no Complexo Penitenciário de Santa Izabel. O objetivo foi entender como o ambiente de trabalho afeta a saúde mental, considerando estresse, suporte institucional e estigma. Utilizou-se uma metodologia mista, com pesquisa bibliográfica e de campo, com questionários aplicados a policiais penais. Os resultados indicam altos níveis de estresse, falta de treinamento para lidar com a saúde mental e apoio institucional insuficiente. O estigma em torno da busca de ajuda psicológica foi identificado como um problema significativo. As conclusões apontam para a necessidade de programas de aconselhamento acessíveis, redução da carga horária e maior reconhecimento profissional, além de sugerir a criação de uma cultura institucional mais acolhedora para promover o bem-estar desses profissionais.

Palavras-chave: Saúde mental. Policiais penais. Estigma.

ABSTRACT

This study explores the impact of the prison environment on the mental health of correctional officers, with a focus on the Santa Izabel Prison Complex. The aim was to examine how the work environment influences mental health, particularly in terms of stress, institutional support, and stigma. A mixed-methods approach was employed, combining bibliographic research and fieldwork through questionnaires administered to correctional officers. The findings reveal high levels of stress, inadequate training to manage mental health, and insufficient institutional support. Stigma surrounding the pursuit of psychological assistance emerged as a significant challenge. The study concludes that there is an urgent need for accessible counseling programs, a reduction in working hours, and enhanced professional recognition. It also recommends fostering a more supportive institutional culture to improve the well-being of these professionals.

Keywords: Mental health. Prison officers. Stigma.

1 Graduação em Teologia. Especialização em Gestão Prisional, Docência do Ensino Superior e Segurança Pública. Atua como Policial Penal na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará. **E-MAIL:** sunamitamattos@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais de segurança pública tem ganhado crescente atenção, especialmente no contexto prisional, onde os policiais penais enfrentam desafios únicos e intensos. O ambiente prisional é frequentemente caracterizado por altos níveis de estresse, violência e condições de trabalho adversas, fatores que podem impactar significativamente a saúde mental dos indivíduos que ali trabalham. Este artigo busca analisar a influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais, focando especificamente no Complexo Penitenciário de Santa Izabel na Unidade Penitenciária de Segurança Máxima I/II.

A problemática central desta pesquisa reside na identificação dos fatores específicos do ambiente prisional que afetam a saúde mental dos policiais penais. Entre os principais aspectos a serem investigados estão os componentes físicos, sociais e organizacionais que contribuem para o estresse e outros transtornos mentais. A percepção dos próprios policiais sobre esses fatores será uma parte crucial do estudo, obtida por meio de entrevistas e questionários.

A justificativa para este estudo baseia-se na necessidade urgente de compreender e mitigar os efeitos negativos do ambiente de trabalho prisional na saúde mental dos policiais penais. Apesar da crescente preocupação com a saúde mental em ambientes de alta pressão, há uma lacuna significativa na literatura específica sobre policiais penais e os desafios únicos que enfrentam. Este estudo pretende preencher essa lacuna e fornecer uma base para intervenções futuras que possam melhorar a qualidade de vida desses profissionais.

Contextualizando o tema, o Complexo Penitenciário de Santa Izabel é o maior complexo do Pará, com nove unidades prisionais, abrigando um número significativo de detentos e enfrentando desafios comuns aos sistemas prisionais brasileiros, como superlotação, violência e falta de recursos. Sendo que a Unidade Penitenciária de Segurança Máxima I/II custodia apenas detentos de alta relevância nas organizações criminosas do estado. Esses fatores fazem com que o ambiente seja especialmente propenso a gerar condições de trabalho estressantes para os policiais penais, tornando o estudo neste local particularmente relevante.

A relevância acadêmica do tema é destacada pela escassez de pesquisas focadas na saúde mental dos policiais penais em ambientes prisionais brasileiros. Este estudo contribuirá para a literatura existente, oferecendo dados empíricos e insights específicos que podem orientar futuras pesquisas e políticas públicas. Socialmente, o tema é de extrema importância, pois a saúde mental dos policiais penais afeta não apenas os próprios indivíduos, mas também a eficácia do sistema prisional como um todo. Policiais penais com saúde mental preservadas estão mais aptos a desempenhar suas funções de maneira eficaz, contribuindo para um ambiente prisional mais seguro e humano.

Este estudo tem como objetivos específicos identificar os fatores do ambiente prisional que mais afetam a saúde mental dos policiais penais, avaliar o impacto das condições de trabalho na qualidade de vida desses profissionais e propor estratégias e intervenções para melhorar sua saúde mental no Complexo Penitenciário de Santa Izabel na Unidade Penitenciária de Segurança Máxima I/II.

1. METODOLOGIA

A metodologia desse estudo combinou pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica para analisar a influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais. A abordagem metodológica adotada visou proporcionar uma compreensão abrangente e detalhada dos fatores que afetam a saúde mental desses profissionais, e identificar possíveis intervenções para mitigação dos efeitos negativos.

A pesquisa bibliográfica constituiu a primeira etapa do estudo. Foi realizada uma revisão da literatura científica disponível sobre saúde mental em contextos prisionais, focando especialmente nos policiais penais. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scielo e Google Scholar, utilizando palavras-chave como “saúde mental”, “policiais penais”, “ambiente prisional”, “estresse ocupacional” e “transtornos mentais”.

Esta revisão possibilitou a contextualização do problema, a identificação de lacunas no conhecimento existente e o embasamento teórico da pesquisa de campo, considerando publicações do período do ano de 2010 a 2024, delimitando assim o corpus analisado.

A pesquisa de campo foi realizada com 60 policiais penais, de um total de 109 servidores da unidade prisional, entre os meses de maio e junho de 2024, por meio de um questionário eletrônico. A escolha pelo questionário eletrônico foi motivada pela necessidade de alcançar um maior número de participantes de forma prática e eficiente, além de assegurar o anonimato dos respondentes, o que pode favorecer a honestidade nas respostas.

A análise dos dados quantitativos foi realizada utilizando técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, com o auxílio de dois *softwares*, sendo eles SPSS e R. Foram calculadas frequências, médias, e desvio padrão, além de realizados testes de correlação e regressão para identificar relações entre variáveis. Esses procedimentos permitiram uma análise robusta dos dados, evidenciando padrões e correlações relevantes.

Os resultados da análise quantitativa foram integrados aos achados da revisão bibliográfica para fornecer uma compreensão abrangente da influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais. A partir dos resultados obtidos, foram propostas estratégias e intervenções para melhorar a saúde

mental desses profissionais, considerando as melhores práticas identificadas na literatura e as sugestões dos próprios policiais penais.

2. POLICIAIS PENAIS E SAÚDE MENTAL

2.1 Saúde Mental e Ambientes de Alta Pressão

A saúde mental é um componente essencial do bem-estar geral de um indivíduo, abrangendo aspectos emocionais, psicológicos e sociais. Em contextos de alta pressão, a manutenção da saúde mental pode ser particularmente desafiadora devido à intensa demanda emocional e física. Ambientes como prisões, forças armadas e serviços de emergência exigem resiliência e adaptabilidade extremas, muitas vezes expondo os profissionais a situações estressantes e potencialmente traumáticas. Compreender a saúde mental nesses contextos requer uma análise aprofundada dos fatores que contribuem para o estresse ocupacional e dos modelos teóricos que explicam seus impactos, sendo a saúde mental, nesses ambientes, definida pela capacidade dos indivíduos de lidar com o estresse, manter um funcionamento produtivo e contribuir para a comunidade.

Conforme Oliveira *et al.* (2022), nos últimos anos, a atenção à saúde mental nesses ambientes aumentou significativamente, reconhecendo-se que o bem-estar psicológico dos profissionais é crucial para o desempenho eficaz de suas funções. O estresse ocupacional, um dos principais fatores que afetam a saúde mental, é a resposta física e emocional adversa quando as demandas do trabalho não correspondem às capacidades, recursos ou necessidades do trabalhador. Tais condições, quando persistentes, podem comprometer significativamente a saúde mental desses trabalhadores, evidenciando a necessidade de políticas institucionais voltadas à prevenção e ao manejo do estresse ocupacional.

Diversas teorias e modelos foram desenvolvidos para explicar o estresse ocupacional e seus impactos na saúde mental. Segundo Ramos *et al.* (2021), o modelo de demandas e recursos de Karasek, por exemplo, sugere que o estresse ocupacional é resultado do desequilíbrio entre as demandas do trabalho e os recursos disponíveis para lidar com essas demandas. Em contextos de alta pressão, as demandas são frequentemente elevadas e os recursos podem ser limitados, resultando em altos níveis de estresse.

Além disso, como apontado por Senna (2019), o modelo de esforço-recompensa de Siegrist propõe que o estresse ocorre quando os esforços investidos no trabalho não são recompensados adequadamente, o que pode ser comum em profissões de alta pressão, onde o reconhecimento e as recompensas são frequentemente insuficientes em relação ao risco e à responsabilidade envolvidos.

De acordo com Bezerra (2016), estudos sobre saúde mental em ambientes de alta pressão têm mostrado consistentemente que esses contextos estão associados a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e *burnout*. Nas forças armadas, por exemplo, os soldados são frequentemente expostos a situações de combate, separação da família e incerteza sobre a segurança pessoal, todos fatores que contribuem para altos níveis de estresse.

Além disso, a cultura militar, que valoriza a dureza e a resiliência, pode dificultar a busca de ajuda para problemas de saúde mental, exacerbando o impacto do estresse. Profissionais de emergência, como bombeiros, policiais e paramédicos, também enfrentam desafios únicos que afetam sua saúde mental. A exposição frequente a situações de crise, acidentes graves e violência pode levar ao desenvolvimento de transtornos de saúde mental. Segundo Siqueira (2017), estudos indicam que esses profissionais têm maior risco de desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e depressão. Além disso, o trabalho em turnos, a imprevisibilidade e a pressão para tomar decisões rápidas em situações de alto risco podem contribuir para o desgaste emocional e físico, resultando em altos níveis de *burnout*.

Para Costa & Nunes (2017), em ambientes prisionais, os guardas penitenciários enfrentam estresse constante devido à vigilância contínua de detentos, à necessidade de manter a ordem e a segurança, e à exposição a potenciais situações violentas. A superlotação das prisões, a falta de recursos e o contato diário com comportamentos agressivos e desafiadores contribuem para o alto nível de estresse ocupacional.

Conforme Albuquerque & Araujo (2018), estudos mostram que os guardas penitenciários têm taxas elevadas de *burnout*, ansiedade e depressão, e frequentemente relatam sentir-se subvalorizados e sem suporte adequado. A exposição contínua a um ambiente hostil e imprevisível pode levar ao desenvolvimento de sintomas de Tept, além de afetar negativamente a qualidade de vida e o bem-estar geral dos profissionais.

O reconhecimento da importância da saúde mental em contextos de alta pressão é crucial para desenvolver estratégias de suporte e intervenção que possam mitigar os efeitos negativos do estresse ocupacional. A implementação de programas de treinamento em gerenciamento de estresse, acesso a serviços de aconselhamento psicológico e a promoção de um ambiente de trabalho que valorize o bem-estar mental são medidas essenciais para apoiar esses profissionais. Além disso, é fundamental que as instituições reconheçam e recompensem adequadamente os esforços e sacrifícios desses trabalhadores, proporcionando recursos suficientes para que possam desempenhar suas funções de maneira segura e eficaz.

2.2 O ambiente prisional e seus desafios

O ambiente prisional é um dos contextos de trabalho mais desafiadores e complexos, apresentando uma série de características específicas que podem afetar significativamente a saúde mental dos trabalhadores. Segundo Costa & Nunes (2017), policiais penais, em particular, enfrentam uma multiplicidade de desafios diários que vão além das exigências físicas e técnicas, abrangendo aspectos psicológicos e emocionais profundamente impactantes.

A natureza do trabalho prisional, marcada pela violência, superlotação e interações intensas com pessoas presas, cria um cenário único de estresse e pressão constante. Por isso, que essa profissão carrega uma complexa dualidade: por um lado, exige firmeza no cumprimento da lei e na manutenção da segurança; por outro, demanda sensibilidade e preparo para contribuir com a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

Essa dualidade torna o exercício da função de policial penal especialmente desafiador. Bento Cadidé *et al.*, (2022) abordam que ao mesmo tempo em que se exige o controle rigoroso do ambiente e a manutenção da ordem, também se espera desses profissionais uma atuação humanizada e colaborativa no processo de reintegração social. Essa exigência dupla frequentemente gera conflitos internos e tensões emocionais, que podem impactar negativamente a saúde mental desses trabalhadores.

Além disso, conforme Siqueira (2017), a convivência constante com situações de risco, aliada à necessidade de exercer empatia e promover ações educativas e ressocializadoras, amplia ainda mais a complexidade da função. O policial penal, muitas vezes, transita entre o papel de agente de contenção e de facilitador de mudanças, exigindo habilidades múltiplas e equilíbrio psicológico constante. Essa sobreposição de papéis nem sempre é reconhecida ou valorizada pelas instituições ou pela sociedade.

Segundo Paixão *et al.* (2022), as interações com os detentos são outro aspecto fundamental que define o ambiente prisional, onde os policiais penais precisam manter um equilíbrio delicado entre autoridade e humanidade, estabelecendo limites claros enquanto tentam tratar as pessoas presas com dignidade e respeito. Para Corrêa & Lopes (2019), essa interação contínua com uma população que, muitas vezes, enfrenta problemas psicológicos, históricos de violência e desesperança pode ser emocionalmente exaustiva. Além disso, a necessidade de estar constantemente alerta para manipulações e ameaças potenciais cria um estado de vigilância contínua, o que pode ser mentalmente desgastante. A percepção de risco e a responsabilidade de prevenir conflitos e manter a segurança geral aumentam a carga psicológica sobre esses profissionais.

Comparar diferentes sistemas prisionais ao redor do mundo revela variações significativas nas condições de trabalho e nos desafios enfrentados pelos policiais penais. Em alguns países, onde os recursos são mais abundantes e as políticas prisionais mais progressistas, as condições de trabalho podem ser menos severas. Paixão *et. al.*, (2022) abordam que, por exemplo, sistemas prisionais na Escandinávia, conhecidos por suas abordagens humanitárias e reabilitativas, oferecem melhores condições tanto para detentos quanto para trabalhadores.

Costa & Nunes (2017) argumentam que as prisões nesses países geralmente operam com uma lotação controlada, possuem instalações adequadas e investem em programas de reabilitação, o que pode reduzir o nível de estresse e violência dentro das instituições. Policiais penais nesses sistemas têm acesso a treinamento contínuo, apoio psicológico e condições de trabalho que permitem uma gestão mais eficaz e humana dos detentos.

Em contrapartida, sistemas prisionais em muitos países em desenvolvimento enfrentam enormes desafios devido à falta de recursos, superlotação extrema e condições precárias. De acordo com Senna (2019), nessas situações, os policiais penais trabalham em ambientes altamente estressantes, sem o suporte adequado. A falta de infraestrutura, a insuficiência de pessoal e a escassez de programas de reabilitação contribuem para um ambiente caótico e perigoso. A ausência de treinamento adequado e de apoio psicológico agrava os problemas de saúde mental dos trabalhadores, que frequentemente se encontram em uma situação de *burnout* devido à sobrecarga de trabalho e à constante exposição ao perigo.

Segundo Siqueira (2017), a cultura institucional também desempenha um papel crucial na determinação das condições de trabalho nos sistemas prisionais. Em algumas prisões, a cultura organizacional pode ser marcada por uma abordagem punitiva e autoritária, o que pode criar um ambiente de trabalho opressivo tanto para os detentos quanto para os trabalhadores. Em contrapartida, Gonçalves & Oliveira (2019) apontam que prisões que adotam uma abordagem mais reabilitativa e focada na reintegração social tendem a promover um ambiente de trabalho mais positivo, no qual os policiais penais podem sentir que estão contribuindo para a recuperação e a reintegração dos detentos, o que pode ser psicologicamente mais satisfatório.

Rodrigues & Codinhoto (2020) abordam que a gestão do estresse e o apoio à saúde mental dos policiais penais são aspectos cruciais que precisam ser abordados de forma sistemática. Intervenções como programas de treinamento em manejo do estresse, acesso a serviços de apoio psicológico e a criação de um ambiente de trabalho que reconheça e valorize os esforços dos trabalhadores são essenciais para mitigar os impactos negativos do ambiente prisional. Além

disso, como apontado por Barbosa (2018), políticas de saúde ocupacional que incluam avaliações regulares de saúde mental e intervenções precoces podem ajudar a identificar e tratar problemas antes que se tornem graves.

A promoção de uma cultura de apoio e reconhecimento dentro das instituições prisionais também é fundamental, haja vista que incentivar um ambiente em que os trabalhadores se sintam valorizados e respeitados pode reduzir o estresse ocupacional e melhorar o bem-estar geral. Isso pode incluir desde o reconhecimento formal dos esforços e conquistas até a implementação de programas de desenvolvimento profissional que permitam aos policiais penais avançarem em suas carreiras e adquirir novas habilidades.

3.3 Impacto do Ambiente Prisional nas Condições de Trabalho

O ambiente prisional é um dos contextos mais desafiadores e complexos para se trabalhar, com aspectos físicos, sociais e organizacionais que influenciam significativamente as condições de trabalho dos profissionais. Esses fatores podem afetar diretamente a saúde mental dos trabalhadores, criando um cenário onde estresse, ansiedade e *burnout* são comuns. Para Bento Cadidé *et al.* (2022), a descrição detalhada desses aspectos revela a magnitude dos desafios enfrentados pelos profissionais dentro do sistema prisional e a necessidade de intervenções direcionadas para melhorar suas condições de trabalho e bem-estar.

De acordo com Jesus & Felipe (2021), fisicamente, as instalações prisionais são frequentemente austeras e despersonalizadas, projetadas mais para a contenção do que para o conforto. As celas são pequenas e superlotadas, frequentemente mal iluminadas e ventiladas, criando um ambiente claustrofóbico tanto para os detentos quanto para os trabalhadores. Segundo Santos (2010), a infraestrutura precária pode incluir sistemas de ventilação inadequados, manutenção deficiente e falta de áreas de descanso adequadas para os funcionários.

Conforme Rodrigues & Codinoto (2020), a exposição constante a tais condições pode causar fadiga física e mental, além de contribuir para uma sensação de desamparo e frustração. Os autores supracitados também abordam que a superlotação, um problema recorrente em muitos sistemas prisionais, exacerba esses desafios, uma vez que prisões que operam acima de sua capacidade enfrentam dificuldades adicionais na manutenção da ordem e da higiene, o que pode aumentar o risco de doenças transmissíveis e criar um ambiente de trabalho insalubre.

Os aspectos sociais do ambiente prisional também desempenham um papel crucial nas condições de trabalho, uma vez que a dinâmica entre os detentos e os policiais penais é complexa e carregada de tensões. Conforme Paixão *et al.* (2022), policiais penais precisam equilibrar autoridade e empatia, impondo disciplina enquanto lidam com indivíduos que frequentemente têm históricos de violência e trauma. Essa interação constante com uma população

difícil e muitas vezes hostil pode ser emocionalmente desgastante. Para Viana (2023), a necessidade de estar sempre vigilante para prevenir incidentes e a possibilidade de violência torna o trabalho incessantemente estressante.

Costa & Nunes (2017) argumentam que, para os policiais penais, a hierarquia rígida e uma cultura de desconfiança podem criar um ambiente de trabalho onde a camaradagem é substituída por desconfiança e isolamento. A falta de apoio social entre colegas pode agravar o estresse ocupacional, já que os trabalhadores sentem que não podem confiar uns nos outros ou buscar apoio emocional. Isso é especialmente preocupante em situações onde a coesão e o trabalho em equipe são essenciais para a segurança e eficácia operacionais.

Sousa (2022) aponta que a sobrecarga de trabalho é outro fator organizacional crítico, uma vez que, devido à superlotação e à falta de pessoal, muitos policiais penais são forçados a trabalhar longas horas e turnos extras, muitas vezes com pouco ou nenhum descanso. Essa sobrecarga não só contribui para a exaustão física, mas também para o desgaste mental. Para Campelo *et al.* (2021), a falta de equilíbrio entre vida profissional e pessoal pode ter um impacto negativo significativo na saúde mental dos trabalhadores, levando a um aumento nas taxas de absenteísmo, rotatividade e problemas de saúde crônicos.

A relação entre condições de trabalho adversas e problemas de saúde mental é bem documentada. Conforme Paixão *et al.*, (2022), estudos mostram que ambientes de trabalho estressantes e inseguros podem levar ao desenvolvimento de uma série de problemas de saúde mental, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. No contexto prisional, Jesus & Felipe (2021) apontam que essas condições são exacerbadas pela natureza intrínseca do trabalho e pelas pressões adicionais de segurança e contenção. A exposição contínua a situações estressantes sem o suporte adequado pode levar ao desenvolvimento de sintomas de *burnout*, caracterizados por exaustão emocional, despersonalização e uma sensação de ineficácia.

Além disso, segundo Bento Cadidé *et al.* (2022), a falta de apoio organizacional e de recursos para lidar com o estresse pode agravar esses problemas. Quando os trabalhadores não têm acesso a serviços de saúde mental ou a programas de apoio, eles são deixados para lidar com os desafios por conta própria, o que pode resultar em estratégias de *coping*² ineficazes, como abuso de substâncias ou isolamento social.

A cultura organizacional das prisões também pode influenciar significativamente a saúde mental dos trabalhadores. Em muitas instituições, a ênfase na disciplina e no controle pode criar um ambiente em que o apoio emocional e o bem-estar dos funcionários não são priorizados. Essa falta de

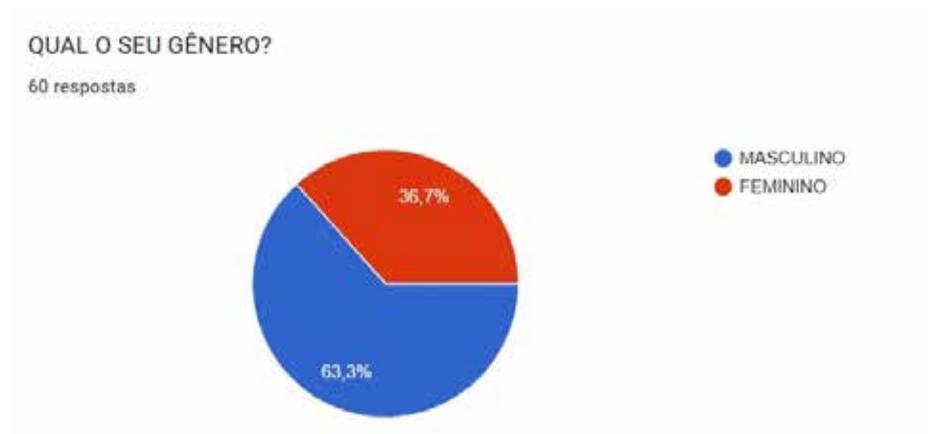
2 *Coping* é um termo da psicologia que se refere às estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas pelos indivíduos para lidar com situações estressantes ou desafiadoras.

preocupação com a saúde mental dos trabalhadores pode levar a um aumento dos níveis de estresse e a uma diminuição do moral.

3.4 A realidade dos Policiais Penais do Complexo Penitenciário de Santa Izabel

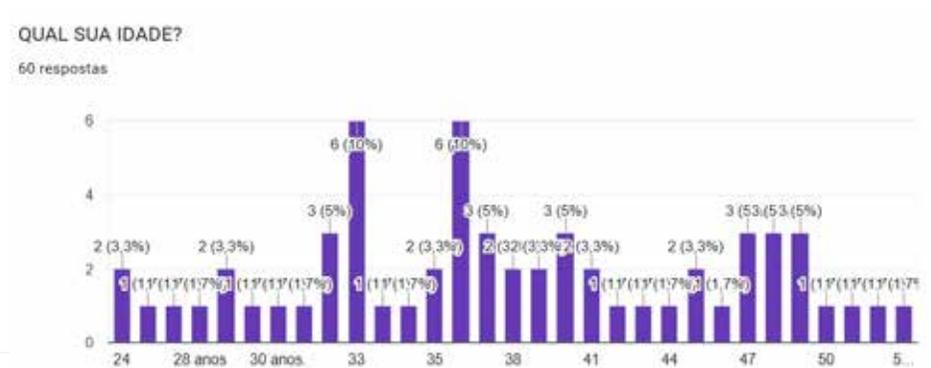
Para entendermos a relação existente entre o trabalho dos policiais penais e questões relacionadas a saúde mental, abaixo se encontram os resultados da pesquisa de campo, que buscou aprofundar os conhecimentos em torno da temática.

Figura 1 - Gênero Policiais Penais



Fonte: Autora (2024).

Figura 2 – Faixa Etária



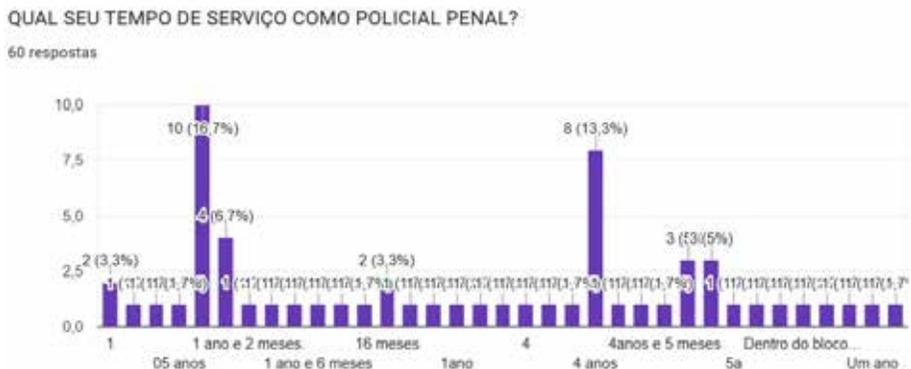
Fonte: Autora (2024).

Conforme evidenciado pelos gráficos apresentados, a maioria dos policiais penais entrevistados é do sexo masculino e está na faixa etária entre

30 e 45 anos. Esse perfil demográfico reflete padrões comuns observados em estudos sobre forças de segurança e ambientes prisionais. De acordo com Castro & Nascimento (2016), historicamente, profissões relacionadas à segurança e controle, como a do sistema prisional, têm sido predominantemente masculinas, refletindo normas culturais e de gênero que moldam essas áreas. No contexto prisional, essa predominância masculina persiste, refletindo barreiras institucionais e culturais que desencorajam a participação feminina.

A faixa etária predominante entre 30 e 45 anos sugere um período de carreira em que muitos trabalhadores estão bem estabelecidos, combinando experiência com uma energia necessária para enfrentar as exigências físicas e emocionais do trabalho. Para Sousa (2022), a predominância masculina e a faixa etária dos policiais penais têm implicações significativas para o ambiente de trabalho e a saúde mental. Ambientes predominantemente masculinos podem ter normas e expectativas que desencorajam a expressão de vulnerabilidades emocionais, o que pode levar à subnotificação de problemas de saúde mental e à falta de busca por suporte.

Figura 3 – Tempo de Serviços Prestados



Fonte: Autora (2024).

A análise do tempo de serviço dos policiais penais entrevistados, que varia entre um e cinco anos, oferece *insights* importantes sobre os desafios enfrentados por esses profissionais em início de carreira no ambiente prisional. Esse período é crítico, pois marca a fase de adaptação ao ambiente altamente exigente e estressante das prisões.

Os primeiros anos de serviço em qualquer carreira são frequentemente associados a um processo intenso de aprendizagem e adaptação. Segundo Paixão *et al.* (2022), para policiais penais, esse processo envolve a familiarização com as complexidades do ambiente prisional, que é caracterizado por alta pressão e demandas constantes. Ainda segundo os autores supracitados, novos

profissionais podem vivenciar um período de ajustamento significativo, lidando com a superlotação, violência e a interação constante com uma população de detentos que muitas vezes têm histórico de comportamento agressivo.

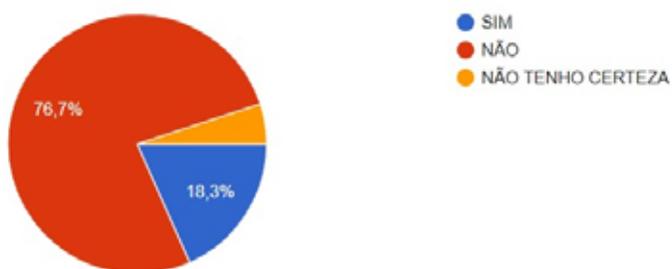
A experiência inicial no serviço pode trazer desafios específicos, tornando esse início da carreira um período de alta vulnerabilidade para problemas de saúde mental. Para Jesus & Felipe (2021), a falta de experiência pode limitar a capacidade dos policiais penais de desenvolver estratégias eficazes para lidar com o estresse, aumentando o risco de problemas como ansiedade e depressão.

Para mitigar esses desafios, é essencial que as instituições prisionais implementem programas de suporte e orientação específicos para novos policiais penais. Programas de integração e apoio psicológico podem ajudar a tornar mais fluída a adaptação ao ambiente de trabalho e a desenvolver habilidades para gerenciar o estresse.

Figura 4 – Treinamento para gerenciamento de estresse ou saúde mental

Você já recebeu treinamento específico sobre gerenciamento de estresse ou saúde no ambiente de trabalho?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

A análise dos dados revelados pelo gráfico acima indica que 76,7% dos policiais penais entrevistados não receberam treinamento específico sobre o gerenciamento de estresse e saúde mental no ambiente de trabalho. Em contraste, 18,3% dos entrevistados afirmaram ter participado de treinamentos desse tipo, enquanto 5% declararam não ter certeza se haviam recebido tal formação. Esses resultados destacam uma lacuna significativa na preparação e no suporte oferecido a esses profissionais.

A ausência generalizada de treinamento específico em gerenciamento de estresse e saúde mental é uma preocupação crítica, especialmente em um ambiente de trabalho tão desafiador quanto o prisional. Conforme Costa & Nunes (2017), a literatura sobre estresse ocupacional e saúde mental sugere

que programas de treinamento direcionados são essenciais para ajudar os trabalhadores a lidar com as demandas e pressões do trabalho. A falta de tais treinamentos pode resultar em um aumento significativo nos níveis de estresse e problemas relacionados à saúde mental entre os funcionários.

Rodrigues & Codinhoto (2020) destacam que estudos recentes têm demonstrado que a falta de recursos e suporte para o gerenciamento do estresse pode levar a um maior risco de *burnout* e outras condições de saúde mental. Quando os trabalhadores não têm acesso a estratégias e ferramentas adequadas para lidar com o estresse, eles podem enfrentar dificuldades adicionais, como fadiga emocional, ansiedade e problemas relacionados ao *burnout*. A ausência de treinamento adequado pode, portanto, agravar esses problemas e impactar negativamente a eficácia e a saúde dos profissionais.

Além disso, Bento Cadidé *et al.* (2022), ressaltam a importância de programas de apoio e treinamento na prevenção do *burnout*. Esses programas não apenas fornecem técnicas práticas para gerenciar o estresse, mas também ajudam a criar uma cultura organizacional que valoriza o bem-estar dos funcionários. A implementação de tais treinamentos pode contribuir significativamente para a redução dos níveis de estresse e para a melhoria da saúde mental dos trabalhadores, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

A resposta de 18,3% dos entrevistados que confirmaram ter recebido treinamento específico é um sinal positivo, mas ainda é insuficiente para garantir que todos os policiais penais estejam adequadamente preparados para lidar com os desafios do ambiente prisional. É crucial que as instituições prisionais expandam seus programas de treinamento e suporte para incluir todos os servidores, especialmente considerando a alta prevalência de estresse e os riscos associados ao trabalho prisional.

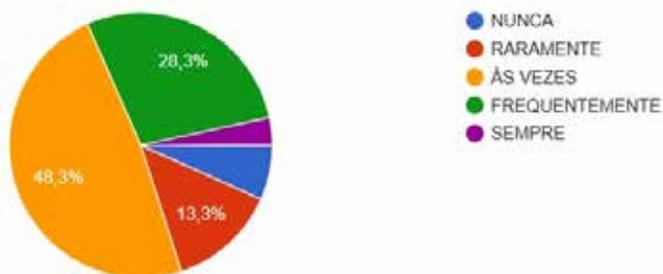
Além disso, a incerteza expressa por 5% dos entrevistados sobre ter ou não recebido treinamento pode indicar falhas na comunicação institucional sobre os recursos disponíveis. As instituições devem assegurar que todos os trabalhadores estejam cientes dos treinamentos disponíveis e como acessá-los.

Assim, a evidência de que a maioria dos policiais penais não recebeu treinamento específico em gerenciamento de estresse e saúde mental destaca uma área crítica para melhoria. Implementar e expandir programas de treinamento focados na saúde mental é essencial para apoiar esses profissionais em um ambiente de trabalho altamente estressante. A adoção de práticas eficazes de treinamento e suporte pode ajudar a mitigar os impactos negativos do estresse, melhorar o bem-estar dos policiais penais e promover um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável.

Figura 5 – Estresse durante o trabalho

Com que frequência você se sente estressado durante o trabalho?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

A análise das respostas dos policiais penais sobre a frequência com que se sentem estressados durante o trabalho revela uma prevalência significativa de estresse no ambiente prisional. Segundo os dados, 48,3% dos entrevistados relataram sentir estresse “às vezes”, 28,3% indicaram que sentem “frequentemente”, e 3,7% afirmaram sentir estresse “sempre”. Em contraste, 7,4% disseram que nunca sentem estresse, e 13,3% relataram sentir estresse “raramente”.

Esses resultados sublinham o que é abordado por Boritza (2024), que aponta que a maioria dos policiais penais experimenta níveis variados de estresse durante o trabalho, com a maior parte dos participantes relatando estresse “às vezes” e “frequentemente”. A alta prevalência de estresse entre os profissionais pode ser atribuída às condições desafiadoras e exigentes do ambiente prisional, que incluem fatores como superlotação, violência e a necessidade de constante vigilância e controle.

O fato de que 48,3% dos entrevistados sentem estresse “às vezes” é um indicativo de que, embora o estresse não seja constante, ele é uma ocorrência regular no cotidiano dos policiais penais. Conforme Santiago *et al.* (2017), estudos sobre estresse ocupacional sugerem que ambientes de trabalho de alta pressão, como os encontrados nas prisões, costumam levar a altos níveis de estresse, mesmo em situações em que o estresse não é continuamente intenso. O estresse ocasional ainda pode impactar negativamente a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores, especialmente se não for gerenciado adequadamente.

A porcentagem significativa de policiais que relataram sentir estresse “frequentemente” (28,3%) e “sempre” (3,7%) destaca a necessidade urgente de abordar as causas e os efeitos do estresse no ambiente de trabalho.

Para Savieri (2018), níveis elevados e constantes de estresse podem levar a problemas de saúde mental graves, como *burnout*, depressão e ansiedade. A constante exposição a situações estressantes e desafiadoras pode resultar em fadiga emocional e redução da capacidade de lidar com demandas adicionais, impactando tanto a saúde mental quanto o desempenho profissional.

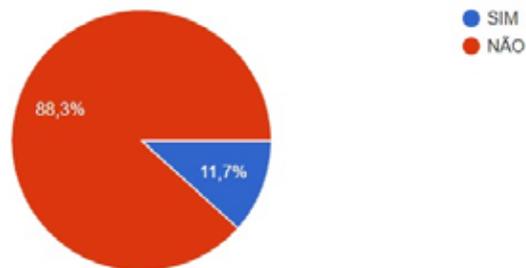
O fato de que 7,4% dos entrevistados relataram nunca sentir estresse pode indicar uma percepção otimista ou uma capacidade relativamente alta de lidar com as demandas do trabalho. No entanto, é importante considerar que a experiência de estresse pode variar amplamente entre indivíduos, e a percepção de nunca sentir estresse pode não refletir completamente a realidade do ambiente de trabalho para todos.

Para abordar o estresse significativo relatado pelos policiais penais, é essencial implementar estratégias e intervenções eficazes. Programas de gerenciamento de estresse, suporte psicológico e treinamento em técnicas de *coping*³ são fundamentais para ajudar os trabalhadores a lidar com as pressões do ambiente prisional. A criação de um ambiente de apoio e a promoção de práticas de bem-estar no local de trabalho podem contribuir para a redução dos níveis de estresse e melhorar a saúde mental dos policiais penais.

Figura 6 – Diagnóstico e tratamento por problemas de saúde mental

Você já foi diagnosticado ou tratado por problemas de saúde mental (por exemplo, ansiedade, depressão, estresse pós-traumático)?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

Os dados coletados revelam que apenas 11,7% dos policiais penais entrevistados foram diagnosticados ou tratados por problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão ou estresse pós-traumático, enquanto

3 Mecanismos de defesa que ajudam a lidar com situações estressantes.

uma esmagadora maioria de 88,3% relatou não ter sido diagnosticada ou tratada dessas condições. Essa discrepância oferece uma perspectiva importante sobre a saúde mental no ambiente prisional e destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os motivos por trás desses números.

Embora a maioria dos policiais penais não tenha sido diagnosticada ou tratada para problemas de saúde mental, isso não implica necessariamente que esses problemas não existam entre os profissionais. De acordo com Tatsch (2023), a ausência de diagnósticos formais pode refletir vários fatores, incluindo a estigmatização associada à saúde mental, a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados, ou a falta de reconhecimento e diagnóstico precoce dos sintomas. Para a autora, o estigma associado aos problemas de saúde mental pode levar os indivíduos a não buscar ajuda, temendo impactos negativos na sua carreira ou imagem profissional.

A elevada proporção de policiais penais que não foram diagnosticados também pode sugerir uma necessidade de maior conscientização e educação sobre saúde mental dentro das instituições prisionais. Para Rodrigues & Codinhoto (2020), a falta de diagnóstico pode ser atribuída à ausência de recursos adequados para a identificação e tratamento de problemas de saúde mental, especialmente em ambientes de alta pressão como as prisões. A falta de acesso a serviços de saúde mental e suporte psicológico pode impedir que os funcionários recebam a assistência necessária antes que seus problemas se tornem mais graves.

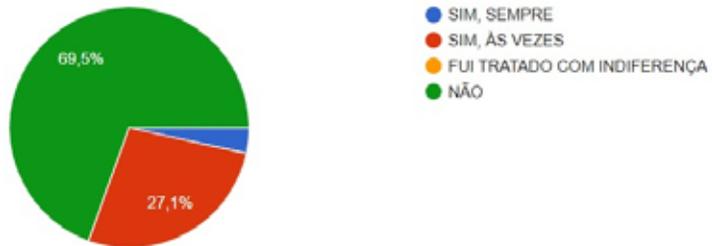
Adicionalmente, a alta carga de estresse e as condições desafiadoras enfrentadas pelos policiais penais podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, mesmo que não tenham sido formalmente diagnosticados. Segundo Santiago *et al.* (2017), ambientes de trabalho estressantes e potencialmente traumáticos, como os encontrados nas prisões, estão associados a um risco elevado de desenvolvimento de condições como estresse pós-traumático e depressão. Mesmo sem um diagnóstico formal, esses problemas podem afetar significativamente o bem-estar e a eficácia dos profissionais.

Assim, apesar de uma maioria significativa de policiais penais não ter sido diagnosticada ou tratada de problemas de saúde mental, é crucial que as instituições prisionais implementem estratégias para promover a saúde mental e fornecer suporte adequado. A integração de programas de educação e conscientização sobre saúde mental, bem como o acesso a serviços de apoio psicológico, pode ajudar a identificar e tratar problemas de saúde mental precocemente, reduzindo o impacto negativo sobre os trabalhadores e melhorando o ambiente de trabalho como um todo.

Figura 7 – Apoio da Instituição

Você sente que recebe apoio adequado da instituição para lidar com questões relacionadas à saúde mental?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

A análise dos dados sobre o apoio institucional recebido pelos policiais penais para lidar com questões relacionadas à saúde mental revela um panorama preocupante. Apenas 3,4% dos entrevistados relataram que recebem apoio adequado da instituição “sempre”, enquanto 27,1% indicaram que recebem apoio “às vezes”. A maioria esmagadora, 69,5%, afirmou que não recebe apoio adequado ou que é tratada com indiferença.

Esses dados destacam uma lacuna significativa no suporte oferecido aos policiais penais em relação à saúde mental. A maioria dos entrevistados que relatou a ausência de apoio institucional pode estar enfrentando uma série de desafios sem a assistência necessária para gerenciá-los efetivamente. A falta de suporte institucional pode ter um impacto profundo na saúde mental dos profissionais, especialmente em um ambiente de trabalho tão exigente e estressante como o prisional.

Conforme Boritza (2024), o apoio institucional adequado é crucial para a saúde mental dos trabalhadores, especialmente em ambientes de alta pressão, uma vez que o suporte organizacional pode moderar os efeitos negativos do estresse e ajudar na manutenção da saúde mental dos funcionários. Programas de apoio psicológico, aconselhamento e políticas de saúde mental são componentes essenciais que podem contribuir para a prevenção e o tratamento de condições relacionadas ao estresse, como ansiedade e depressão.

A ausência de apoio adequado pode agravar os problemas de saúde mental, levando a uma maior prevalência de *burnout* e outros transtornos relacionados ao estresse. De acordo com Santiago *et al.* (2017), a falta de suporte organizacional pode contribuir para um ambiente de trabalho tóxico, onde os trabalhadores se sentem desamparados e sobrecarregados. Sem recursos e suporte adequados, os policiais penais podem ter dificuldade em

lidar com as demandas do trabalho, o que pode resultar em um aumento da rotatividade e na redução da eficácia no trabalho.

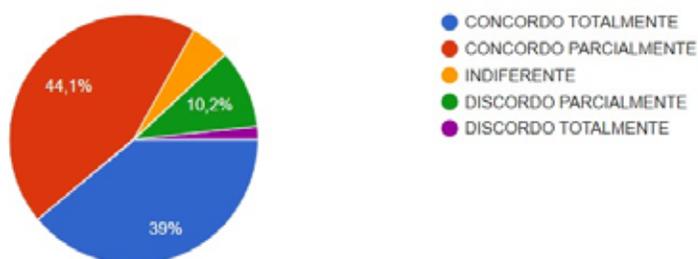
A porcentagem de entrevistados que relataram ser tratados com indiferença é particularmente preocupante, pois sugere que a falta de apoio pode ser acompanhada por uma atitude negligente em relação às necessidades de saúde mental dos trabalhadores. Isso pode refletir uma cultura organizacional que não valoriza adequadamente o bem-estar dos funcionários ou uma falta de recursos e políticas para abordar questões de saúde mental de forma eficaz.

Assim, é crucial que as instituições prisionais reavaliem e ampliem seus programas de suporte para incluir recursos adequados para a saúde mental. A implementação de estratégias efetivas de suporte, como serviços de aconselhamento, programas de gerenciamento de estresse e treinamento para lidar com problemas de saúde mental, é essencial para melhorar o bem-estar dos policiais penais. Investir em um ambiente de trabalho que valorize e apoie a saúde mental pode não apenas melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também aumentar a eficácia e a satisfação no trabalho.

Figura 8 – Estigma junto a busca por ajudas para problemas de saúde mental

Você acredita que o estigma associado à busca de ajuda para problemas de saúde mental é um problema entre Policiais Penais?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

Os dados revelam uma percepção generalizada entre os policiais penais de que o estigma associado à busca de ajuda para problemas de saúde mental é um problema significativo. Entre os entrevistados, 39% “concordam totalmente” e 44,1% “concordam parcialmente” com a afirmação de que o estigma é um problema. Apenas 4,4% relataram ser indiferentes, enquanto 10,2% “discordam parcialmente” e 2,3% “discordam totalmente”.

Esses resultados sublinham a presença de um estigma considerável em torno da busca de ajuda para problemas de saúde mental entre os policiais penais. O estigma pode atuar como uma barreira substancial, impedindo que os profissionais procurem o suporte necessário. Para Cacciari (2024), a percepção negativa em relação à busca de ajuda pode ser prejudicial, levando os indivíduos a evitarem o tratamento, o que pode agravar problemas existentes e dificultar a recuperação.

O alto percentual de policiais penais que “concordam totalmente” (39%) e “concordam parcialmente” (44,1%) indica que o estigma é uma preocupação real e predominante. Ainda segundo Cacciari (2024), esse estigma pode estar enraizado em uma cultura organizacional que valoriza a força e a resiliência, muitas vezes interpretada como a capacidade de lidar com problemas de forma independente e sem mostrar vulnerabilidade.

Segundo Savieri (2018), a ausência de treinamento e recursos adequados para lidar com questões de saúde mental pode reforçar percepções negativas e aumentar a relutância em buscar ajuda. A implementação de programas de educação sobre saúde mental e a promoção de uma cultura de apoio dentro das instituições prisionais são cruciais para combater o estigma e incentivar os trabalhadores a procurar assistência quando necessário.

Além disso, uma minoria dos entrevistados discorda da ideia de que o estigma é um problema, seja parcialmente (10,2%) ou totalmente (2,3%). Embora essa minoria possa refletir variações individuais na percepção do estigma, é importante considerar que essas percepções podem não capturar a experiência geral da maioria dos policiais penais. As diferenças nas percepções podem ser influenciadas por fatores como experiências pessoais, níveis de conscientização e o suporte recebido.

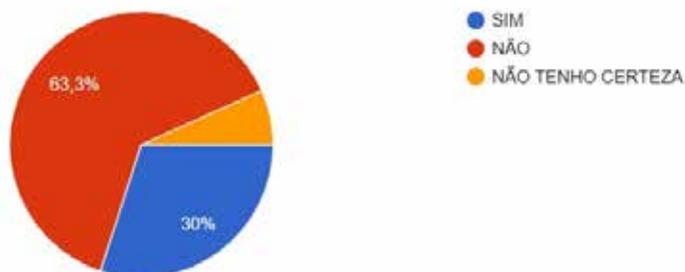
O reconhecimento de que o estigma é um problema significativo entre os policiais penais sublinha a necessidade urgente de abordagens proativas para mitigar seus efeitos. A criação de um ambiente de trabalho que promova a aceitação e o suporte para questões de saúde mental é essencial. Instituições prisionais devem investir em programas de treinamento e suporte psicológico, além de campanhas de conscientização que desafiem percepções estigmatizantes e incentivem uma atitude mais aberta e acolhedora em relação à busca de ajuda.

A promoção de uma cultura de apoio não apenas beneficia a saúde mental dos policiais penais, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente. A redução do estigma pode melhorar a disposição dos trabalhadores em procurar ajuda, resultando em melhor bem-estar geral e desempenho no trabalho.

Figura 9 – Abandono da Profissão

Você já considerou abandonar a profissão devido ao estresse ou à pressão emocional?

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

Os dados coletados revelam uma situação alarmante sobre o impacto do estresse e da pressão emocional na decisão dos policiais penais de continuar ou abandonar a profissão. Dos entrevistados, 30% afirmaram que já consideraram abandonar a profissão devido ao estresse ou à pressão emocional; 63,3% disseram que não consideraram essa opção, e 6,7% relataram não ter certeza sobre isso.

O fato de que quase um terço dos policiais penais entrevistados já ter considerado abandonar a profissão devido ao estresse ou à pressão emocional é um sinal claro da severidade das condições de trabalho e do impacto que essas condições têm sobre a saúde mental dos profissionais. De acordo com Castro & Nascimento (2016), a alta prevalência de considerações de abandono pode ser atribuída a vários fatores estressantes intrínsecos ao ambiente prisional, incluindo a constante exposição a situações potencialmente perigosas e a interação contínua com indivíduos que podem ser violentos ou hostis.

Os 63,3% de policiais penais que não consideraram abandonar a profissão podem estar enfrentando esses mesmos desafios, mas talvez tenham desenvolvido mecanismos de enfrentamento mais eficazes ou estejam recebendo algum nível de suporte que os ajuda a lidar com o estresse. Rodrigues & Codinhoto (2020) abordam que a resiliência individual e o suporte social são fatores críticos que podem moderar os efeitos negativos do estresse ocupacional. No entanto, a ausência de considerações sobre o abandono da profissão não significa que esses indivíduos estejam imunes aos efeitos negativos do estresse, mas sim que conseguem continuar a desempenhar suas funções apesar das dificuldades.

A porcentagem de 6,7% dos entrevistados que não têm certeza se considerariam abandonar a profissão destaca a ambivalência e a incerteza que muitos policiais penais podem sentir em relação à sua carreira. Essa

ambivalência pode ser um reflexo da tensão constante entre a dedicação à profissão e os efeitos prejudiciais do estresse e da pressão emocional. A incerteza pode indicar uma fase de reflexão crítica sobre o futuro na profissão, onde a continuidade pode depender de fatores como melhorias nas condições de trabalho ou maior suporte institucional.

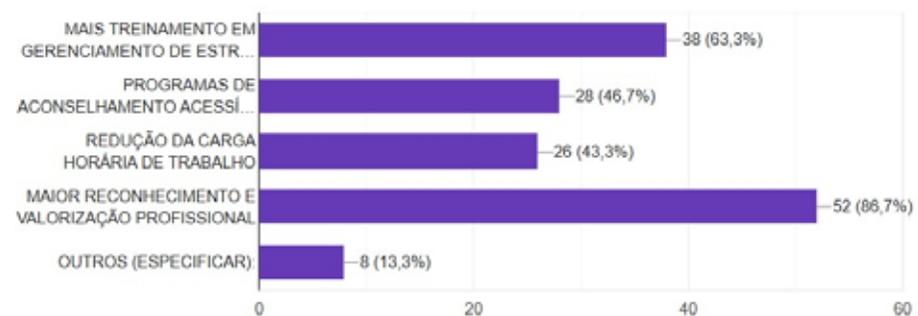
A consideração do abandono da profissão devido ao estresse e à pressão emocional é um indicador significativo de insatisfação e sobrecarga emocional. Para Tatsch (2023) é essencial que as instituições prisionais reconheçam e abordem esses desafios por meio da implementação de estratégias de suporte e programas de bem-estar que possam ajudar a mitigar o impacto do estresse. A promoção de um ambiente de trabalho saudável, no qual os profissionais se sintam valorizados e apoiados, pode reduzir a taxa de abandono e melhorar a qualidade de vida dos policiais penais.

Para abordar esses problemas de forma eficaz, as instituições devem considerar a implementação de programas de gerenciamento de estresse, oferecer acesso a serviços de saúde mental e promover uma cultura organizacional que valorize e priorize o bem-estar dos funcionários. A alta prevalência de policiais penais que consideraram abandonar a profissão devido ao estresse e à pressão emocional sublinha a necessidade urgente de intervenções direcionadas para melhorar as condições de trabalho e oferecer suporte psicológico adequado.

Figura 10 – Medidas de Suporte a Saúde Mental

Na sua opinião, quais medidas poderiam ser implementadas para melhorar o suporte à saúde mental dos policiais penais? (Marque todas as opções aplicáveis).

60 respostas



Fonte: Autora (2024).

A análise das respostas dos policiais penais sobre as medidas que poderiam ser implementadas para melhorar o suporte à saúde mental destaca várias áreas importantes de intervenção. De acordo com os dados, 46,7% dos

entrevistados apontaram a necessidade de mais treinamento em gerenciamento de estresse, 63,3% indicaram a importância de programas de aconselhamento acessíveis, 43,3% sugeriram a redução da carga horária de trabalho, 86,7% ressaltaram a necessidade de maior reconhecimento e valorização profissional e 13,3% mencionaram outras medidas.

A necessidade de mais treinamento em gerenciamento de estresse, indicada por 46,7% dos entrevistados, sublinha a importância de equipar os policiais penais com ferramentas e técnicas para lidar com a pressão e as demandas emocionais do ambiente prisional. Conforme Sousa (2022), o treinamento em gerenciamento de estresse pode reduzir significativamente os níveis de estresse e melhorar a resiliência dos trabalhadores. Esses programas podem incluir técnicas de relaxamento, *mindfulness* e estratégias de *coping*, proporcionando aos policiais penais habilidades práticas para enfrentar os desafios diários de sua profissão.

A implementação de programas de aconselhamento acessíveis, sugerida por 63,3% dos entrevistados, é crucial para oferecer suporte psicológico contínuo e especializado. Segundo Cacciari (2024), a disponibilidade de aconselhamento pode ajudar a identificar e tratar problemas de saúde mental antes que eles se agravem, oferecendo um espaço seguro para que os policiais penais discutam suas preocupações e recebam orientação profissional.

A redução da carga horária de trabalho, mencionada por 43,3% dos entrevistados, reflete a necessidade de equilibrar as demandas do trabalho com a capacidade dos indivíduos de se recuperarem e manterem um bem-estar saudável. Para Santiago *et al.* (2017), longas horas de trabalho e turnos extenuantes podem contribuir significativamente para o esgotamento e a deterioração da saúde mental. Políticas que promovem uma carga horária de trabalho mais gerenciável podem ajudar a reduzir o estresse e melhorar a qualidade de vida dos policiais penais.

O maior reconhecimento e valorização profissional, apontado por 86,7% dos entrevistados, é uma área crítica que impacta diretamente a motivação e o bem-estar dos policiais penais. O reconhecimento adequado e a valorização do trabalho realizado podem aumentar a satisfação no trabalho e reduzir a sensação de desvalorização e estresse.

Finalmente, 13,3% dos entrevistados sugeriram outras medidas, o que pode incluir uma variedade de intervenções específicas, conforme as necessidades individuais e contextuais. Essas sugestões podem abranger desde melhorias nas condições físicas do ambiente de trabalho até políticas institucionais mais inclusivas e de apoio.

Essas respostas destacam a importância de uma abordagem multifacetada para melhorar o suporte à saúde mental dos policiais penais. As

instituições prisionais devem considerar a implementação de uma combinação dessas medidas para criar um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável. A promoção de uma cultura organizacional que valoriza a saúde mental e o bem-estar dos funcionários é essencial para enfrentar os desafios específicos do ambiente prisional e para garantir a eficácia e a satisfação dos policiais penais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais, focando no Complexo Penitenciário de Santa Izabel, na Unidade Penitenciária de Segurança Máxima I/II. A pesquisa combinou métodos bibliográficos e de campo, utilizando um questionário para coletar dados sobre as experiências e percepções dos policiais penais. Os resultados apontaram para uma realidade preocupante, na qual o ambiente prisional exerce uma pressão significativa sobre a saúde mental desses profissionais, evidenciada pela alta prevalência de estresse, a falta de suporte institucional e o estigma associado à busca de ajuda para problemas de saúde mental.

Os dados mostram que a maioria dos policiais penais entrevistados não recebe treinamento adequado em gerenciamento de estresse ou saúde mental, o que agrava os desafios enfrentados no ambiente de trabalho. A grande maioria também não sente que recebe apoio adequado da instituição para lidar com essas questões, com muitos relatando que já consideraram abandonar a profissão devido ao estresse e à pressão emocional. Essas descobertas corroboram estudos anteriores que identificam a falta de suporte institucional e o estigma como barreiras significativas à saúde mental em ambientes de alta pressão.

Com base nos resultados obtidos, é claro que o ambiente prisional da Unidade Penitenciária de Segurança Máxima I/II impacta negativamente a saúde mental dos policiais penais. Os objetivos do estudo foram alcançados, confirmando a hipótese de que a falta de suporte e o estigma são fatores críticos que contribuem para o estresse e os problemas de saúde mental entre esses profissionais. Além disso, as respostas dos entrevistados destacaram a necessidade urgente de intervenções, como programas de aconselhamento acessíveis, treinamento em gerenciamento de estresse, redução da carga horária de trabalho e maior reconhecimento e valorização profissional.

Para mitigar os efeitos negativos do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais, recomenda-se a implementação de programas abrangentes de suporte à saúde mental, incluindo treinamento específico e acessível, e a promoção de uma cultura institucional que valorize e apoie o bem-estar dos funcionários. Essas medidas podem não apenas melhorar a saúde mental e a

qualidade de vida dos policiais penais, mas também aumentar a eficácia e a segurança do ambiente prisional.

Além disso, futuras pesquisas devem explorar mais profundamente as dinâmicas entre o ambiente prisional e a saúde mental dos policiais penais, incluindo estudos comparativos entre diferentes sistemas prisionais e investigações sobre a eficácia das intervenções propostas. A criação de um corpo robusto de conhecimento nessa área é essencial para desenvolver políticas e práticas que promovam a saúde mental e o bem-estar dos policiais penais, contribuindo para a construção de um sistema prisional mais humano e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues; ARAUJO, Marley Rosana Melo de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. **Rev. Psicol. Saúde [online]**. Campo Grande, vol.10, n.1, p.19-30, abr. 2018. Disponível em: <<https://shre.ink/eWJc>>, acesso em: 05 jul. 2024.

BARBOSA, Mayara Lima *et al.* Qualidade de vida no trabalho dos profissionais de saúde no sistema prisional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1293-1302, 2018. BENTO CADIDÉ, G., CRISTINA MENEZES BÊRREDO, V., SALLES DA SILVA, M., APARECIDA SILVA DOS SANTOS, D. Riscos ocupacionais e sua influência na saúde de policiais penais: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 42–51, 2022. <<https://doi.org/10.21727/rs.v13i3.3042>>.

BEZERRA, C. de M.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, 2016.

BORITZA, Ozana Rodrigues. O estresse no ambiente de trabalho do policial penal. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.] v.17, n.3, p. 01-20, 2024 1.

CACCIARI, M. B.; BRUM LEITÃO, I.; GABRIELLE TIMBÓ COELHO RAMOS, C.; PEDRO CALVI GUSSÃO, K.; LINCOLN BEZERRA LINS, S.; MARTINS GUERRA, V. Saúde mental nas polícias: revisão integrativa da literatura. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 42, n. 117, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.117.AO14>>, acesso em: 05 jul. 2024.

CAMPELO, A. M. R.; FERREIRA, M. P.; BERRÊDO, V. C.; SANTOS, D. A.; SILVA, M. S.; BERGAMO, V. M. Condições de saúde do agente de segurança penitenciária relacionadas às atividades laborais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, v. 13, p. 1148–1153, 2021. Doi: 10.9789/2175-5361.rpcf.v13.8616. Disponível em: <<https://shre.ink/eWJa>>, acesso em: 05 jul. 2024.

- CASTRO, V. L.; NASCIMENTO, M. E. P. (2016). Agentes Penitenciários: abordagem jurídica e psicossocial em Campina Grande. **Cadernos de Direito**, v. 16, n. 30, p. 87–100, 2016. Disponível em: <<https://shre.ink/eWJl>>, acesso em: 08 jul. 2024.
- CORRÊA, J. S.; LOPES, L. F. D.; ALMEIDA, D. M.; CAMARGO, M, E. Bem-estar no trabalho e síndrome de *burnout*: faces opostas no labor penitenciário. **Rev Adm Mackenzie**, n. 20, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://shre.ink/eWJU>>, acesso em: 04 jul. 2024.
- COSTA, Keila Regina Silva Nunes; NUNES, Vaneska Oliveira; LIPP, Marilda E. Novaes. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 46-53, 2017.
- GONÇALVES, R. E. & OLIVEIRA, W. J. (2019). **Aspectos emocionais de agentes penitenciários relacionados à suas condições de saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, MT, Brasil. Disponível em: <<http://bdm.ufmt.br/handle/1/1485>>, acesso em: 08 jul. 2024.
- JESUS, Sara Rodrigues de; FELIPPE, Andreia Monteiro; SILVA, Yury Vasconcellos da. Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de segurança penitenciários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.
- LIMA, Ana Izabel Oliveira. **Trabalho e saúde mental: o caso dos agentes do sistema prisional no Rio Grande do Norte**. 2017. 204f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- OLIVEIRA, M. M. DE; AMORIM, I. DE M.; MENEZES, M. DE M. C. DE; COPINSKI, G.; SANTOS, Y. M.; SOUZA, H. A. O.; Gramelick, J. A.; Lemos, G. S.; Alvarenga, E. M. C.; Siqueira, E. C. de. Saúde mental e Síndrome de *Burnout* nos profissionais de saúde: revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n.9, p. e10827, 5 set.2022. <<https://doi.org/10.25248/reas.e10827.2022>>.
- PAIXÃO, W. H. P. da; SILVA, J. L. L. da; RAMOS, G. F. S; OLIVEIRA, M. A. de; MESSIAS, C. M; SOUZA, F. S. A saúde mental dos agentes penitenciários: um mapeamento dos estudos brasileiros. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e21611427147, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27147. Disponível em: <<https://shre.ink/eWJm>>, acesso em: 08 jul. 2024.
- RAMOS, F.M.C; MORAIS, H. C. C.; CAMPOS, R. K. G.; MENDES, I.C. Qualidade de vida no trabalho do agente penitenciário cearense. **Revista de Enfermagem da UFPI**, [S. l.], v.10, n1. 2021.
- RODRIGUES, R. G. & CODINHOTO, E. (2020). As experiências subjetivas de prazer e sofrimento no trabalho de agentes penitenciários de uma cidade do interior do estado de Rondônia. **Revista Farol**, v. 11, n. 11, p. 112-127. Disponível em: <<https://shre.ink/eW0P>>, acesso em: 05 jul. 2024.

SANTIAGO, E., Zanola, P. C., JR Hisamura, R. S. & Silva, I. Y. M. (2017). O sentimento de medo no cotidiano de trabalho na vigilância prisional e seus impactos sobre a subjetividade dos agentes penitenciários. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho** [S. l.], v.19, n. 2, p. 161-175, 2016. versão impressa ISSN 1516-3717. São Paulo.

SANTOS, Márcia Maria dos. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SANTOS, Márcia Maria dos. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SENNA, Natália Victor Madeira. **Estresse psicossocial e qualidade de vida em trabalhadores de enfermagem de um hospital militar: modelo de equilíbrio esforço-recompensa**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, S. M. M. **A qualidade de vida no ambiente penitenciário: uma análise sobre a saúde mental dos policiais penais**. 2024. 76 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2024.

SIQUEIRA, K. C. L.; SILVA, J. M.; ANGNES, J. S. “Cuidar de preso ?!”: os sentidos do trabalho para agentes penitenciários. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 48, agosto, 2017, pp. 84-95 Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017.

SIVIERI, H. L. (2018). Saúde no trabalho e Mapeamento dos Riscos. **Saúde Meio Ambiente e Condições de Trabalho**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, cap. 8, p. 75-82.

SOUSA, Tiago Aluísio Lopes de. **Esgotamento profissional, significado do trabalho e intenção de rotatividade: estudo de caso dos Policiais Penais Federais**. 2022. 376 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

TATSCH, Fabíola. **Proposta de medidas normativas do Manual de Saúde e Segurança do Servidor visando a promoção da saúde mental dos policiais penais no estado de Santa Catarina: limites e possibilidades** / Fabíola Tatsch. - 2023. 171 p. : il. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2023.

VIANA, Carlos Wellington de Queiroz. **A prática de exercícios físicos como ferramenta para a promoção da saúde mental de policiais penais: uma revisão integrativa de literatura**. 2023. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) - Instituto de Educação Física e Esportes. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.